

AREND, Silvia Maria Fávero. *Histórias de Abandono: infância e justiça no Brasil (década de 1930)*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011. 352 p.

Anelise Rodrigues Machado de Araujo<sup>1</sup>  
Elisangela da Silva Machieski<sup>2</sup>

A História da infância brasileira recebe cada vez mais investidas dos estudos acadêmicos. Não à toa, a historiografia voltou-se para as questões das crianças e adolescentes especialmente a partir da década de 1980, quando os debates acerca dos “problemas dos considerados menores” passaram a estar presente com maior ênfase nas pautas políticas nacionais. Desde então, a crescente preocupação com a garantia de direitos dessa parcela da população permanece estimulando a produção de saberes a respeito de suas trajetórias. A emergência deste campo de estudos relega aos historiadores e historiadoras a tarefa da elaboração de análises em torno dos processos que envolveram crianças e jovens pobres das áreas urbanas e rurais durante o século XX. Diante desse campo de estudos ainda em fase de consolidação, estudos universitários, antes restritos, estão presentes com cada vez com maior frequência nas prateleiras das livrarias. É o caso da obra “Histórias de Abandono”, a qual apresenta o resultado da investigação realizada pela historiadora Silvia Maria de Fávero Arend na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) entre 2001 e 2005. O estudo agora lançado em formato de livro, busca atingir um público mais amplo e contribuir para a interpretação dos aspectos históricos que permeiam as questões da infância no Brasil.

A obra “Histórias de Abandono” analisa uma faceta da vida de crianças e adolescentes pobres da cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Embora a narrativa concentre-se na década de 1930, a infância pobre e abandonada é um tema do tempo presente, uma vez que o problema ainda “perambula” pelos labirintos da realidade em busca de uma solução. Em uma narrativa histórica comprometida com os dados presentes nas fontes documentais, a autora deslinda tramas nas quais as histórias de diversos meninos e meninas entrelaçaram-se. Parisso, Silvia Maria Fávero Arend utilizou-se das iniciativas documentadas pelo Juizado de Menores do Estado de Santa

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Email: anelise.hst@gmail.com - Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Email: elis\_mach@hotmail.com - Bolsista FUMDES – Secretaria de Estado da Educação/ Santa Catarina.

Catarina, isto é, em 119 Autos relativos ao abandono administrativo de menores, a busca e apreensão de menores, processo crime, etc. Além dos Autos, subsidiam a escrita da História os ofícios e relatórios dos Juízes de Menores, a legislação brasileira sobre família e infância, os anuários estatísticos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as escrituras públicas de adoção e os impressos produzidos durante o Estado Novo, tal como a *Revista Santa Catarina*.

A utilização deste conjunto de fontes documentais confere à obra um caráter de ineditismo no âmbito da historiografia nacional, principalmente no que se refere à relação entre a História da Infância e os documentos do Poder Judiciário. Através da pluralidade de histórias a autora esboçou, conforme as versões apresentadas nas fontes documentais, o cotidiano de diversas famílias. Assim, tornou-se possível conhecer Alfredo, Adelina, Fidélio, Angelita, e tantos outros personagens adultos e crianças, que através de suas trajetórias dão vida a esse enredo.

O livro é dividido em cinco capítulos que analisam as diferentes perspectivas das “Histórias de Abandono”. Ou seja, além do ponto de vista das crianças e jovens considerados abandonados, a obra descreve como as famílias consanguíneas, as famílias que acolheram as crianças e jovens, as autoridades judiciárias, os advogados, os vizinhos, etc compreendiam o processo de circulação e/ou transferência de crianças entre os lares.

No capítulo 1, denominado “Na cidade os primeiros parentes são os vizinhos”, a autora procura conhecer quem eram os pobres da cidade de Florianópolis para, em seguida, identificar quais grupos sociais utilizaram-se da assistência social fornecida pelo Juizado de Menores na década de 1930. Dentre estes destacavam-se os migrantes, cujas redes sociais eram ainda bastante frágeis.

“Os filhos da mãe”, segundo capítulo do livro, descreve os arranjos familiares das crianças e jovens considerados abandonados. A configuração das famílias pobres e o papel das mães em seu interior, bem como as motivações de pais e mães consanguíneos ao encaminhar seus filhos e filhas para outros lares, são as temáticas analisadas neste capítulo. Além disso, o capítulo aborda o ideário enunciado pelo primeiro governo de Getúlio Vargas em relação às tentativas de “transformar” em pais provedores os homens pobres brasileiros, habitantes das cidades.

Intitulado “Um poder sobre a vida”, o terceiro capítulo é centrado no processo de instituição do Juizado de Menores da capital catarinense e na assistência à infância considerada abandonada e delinquente. Traçando um histórico da assistência aos

enjeitados de Desterro (atualmente chamada de Florianópolis) desde o século XIX, Silvia Maria Fávero Arend investiga os percursos de ações assistenciais e políticas institucionais que culminaram nas práticas exercidas pelos grupos políticos locais após a segunda metade da década de 1930, foco de seu estudo. Com isso, não só apreende parte da História da Infância, como também compreende os bastidores das histórias que originaram os documentos tomados como as fontes da obra.

No quarto capítulo, “Os filhos do Estado”, a autora analisa as características dos processos de transferência das crianças e jovens entre as famílias consanguíneas e as famílias acolhedoras. O Estado brasileiro, sob a ótica da gestão da população, mediante atuação do Juizado de Menores, realizava estas transferências a partir do instituto jurídico da guarda. A autora buscou descrever as diferenças nos processos de colocação familiar quando se tratava de um “menor considerado abandonado” ou de um “menor considerado infrator”. Nesse capítulo a historiadora analisa ainda como se deu nos anos de 1930 a construção da noção de “menor abandonado” através da análise do discursos dos relatórios sociais produzidos pelos médicos, comissários de vigilância, etc presentes nos autos judiciais.

No quinto e último capítulo, intitulado “Filhos de criação”, a autora descreve a experiência das crianças e jovens nos lares dos guardiões e/ou guardiãs enfatizando os ofícios que desempenhavam. Explicita-se então a prática presente entre as famílias das camadas médias de Florianópolis (e do Brasil), ou seja, de abrigar crianças pobres da cidade em seus lares para obter empregados domésticos. Ao finalizar o capítulo, a autora aborda o processo de construção do Abrigo de Menores, que ao abrir suas portas em 1940 tornou-se, em pouco tempo, o principal programa social instituído para os meninos e jovens do sexo masculino do Estado de Santa Catarina. Paulatinamente as autoridades deixaram de lado o programa social de colocação familiar e passaram a utilizar o Abrigo de Menores.

Silvia Maria Fávero Arend através de uma pesquisa de fôlego, encontrou personagens e desembaralhou cenários para compreender os modos pelos quais operaram os processos de circulação e transferências de crianças e jovens. Certamente, trata-se de uma importante contribuição da historiografia brasileira à História da Infância.